



## SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS REPRODUTIVOS

*Eliane Olimpio da Silva<sup>1</sup>, Leila Marchezi Tavares Menandro<sup>2</sup>*

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Serviço Social EAD, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Bolsista PIBIC/ICETI-UniCesumar. elianeerodrigues13@gmail.com

<sup>2</sup>Orientadora, Doutora, Docente no Curso de Serviço Social EAD, UNICESUMAR. Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. leila.menando@unicesumar.edu.br

### RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como o Serviço Social tem se relacionado com os direitos reprodutivos no Brasil, considerando as estratégias profissionais adotadas, os desafios enfrentados e as possibilidades de fortalecimento da autonomia das mulheres quanto aos seus direitos reprodutivos. Como objetivos específicos, listamos: discutir o conceito de direitos reprodutivos à luz dos direitos humanos; levantar e mapear produções científicas do Serviço Social relacionadas aos direitos reprodutivos das mulheres; identificar os desafios ético-políticos enfrentados por assistentes sociais na defesa dos direitos reprodutivos; refletir sobre as potencialidades da atuação profissional na promoção da autonomia das mulheres quanto aos direitos reprodutivos; contribuir para o fortalecimento de uma prática profissional crítica e comprometida com a laicidade, os direitos humanos e reprodutivos. De abordagem qualitativa, a pesquisa envolverá a pesquisa bibliográfica com a análise sistemática de textos científicos. Na fase exploratória da pesquisa, será feito levantamento de textos que tratem do Serviço Social relacionado aos direitos reprodutivos. Pesquisaremos em revistas científicas da área do Serviço Social e anais de eventos de assistentes sociais. Após escolhida a revista e determinado o recorte temporal, passaremos para a organização e sistematização dos dados em quadros. Para análise, utilizaremos a análise de conteúdo. Acreditamos que a pesquisa proposta contribuirá para a produção de conhecimento do Serviço Social e fortalecerá a luta pela dignidade de meninas e mulheres brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aborto; Direitos humanos; Gênero.

### 1 INTRODUÇÃO

Os direitos reprodutivos, enquanto dimensão essencial dos direitos humanos, dizem respeito à autonomia das pessoas para decidir livre e responsavelmente sobre a reprodução, incluindo o acesso a informações, meios e serviços de saúde sexual e reprodutiva (Ventura, 2009). No contexto brasileiro, esses direitos vêm sendo objeto de intensos debates e disputas no campo político, ideológico e jurídico, refletindo contradições estruturais da sociedade capitalista patriarcal e racista (Carloto; Damião, 2018). Optamos por centrar esta proposta nos direitos reprodutivos das mulheres brasileiras. Neste cenário, o Serviço Social, enquanto profissão inserida majoritariamente nas políticas públicas e orientada por um projeto ético-político comprometido com a emancipação humana (CFESS, 1993), ocupa um papel fundamental na defesa dos direitos reprodutivos. A atuação de assistentes sociais no campo da saúde, da assistência social, da educação e da justiça os coloca em contato direto com demandas relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos. Contudo, essa atuação é atravessada por tensões éticas, políticas e institucionais que requerem constante reflexão crítica e teórica.

Esta pesquisa dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 – que versa sobre o bem-estar, e o ODS 5 – que trata da igualdade de gênero. Esses objetivos preconizam a dignidade das mulheres ao articularem o planejamento reprodutivos, a mortalidade materna e a violência de gênero que vitimiza meninas e mulheres em todo o mundo (UNFPA, 2024). A meta é que sejam zeradas as dificuldades colocadas às meninas e às mulheres quanto a esses três elementos (UNFPA, 2024).

A escolha da temática Serviço Social e os direitos reprodutivos justifica-se pela relevância social, política e acadêmica que ele encerra. Em primeiro lugar, porque os



direitos reprodutivos são continuamente ameaçados por políticas regressivas que buscam restringir o acesso a serviços como planejamento familiar, contracepção e aborto legal (permitido em caso de estupro, risco de vida da mãe e em caso de fetos anencéfalos), afetando, de forma mais cruel, as meninas e as mulheres pobres, negras e periféricas. Diante desse quadro, é fundamental compreender de que forma o Serviço Social tem contribuído para a efetivação desses direitos. Em segundo lugar, profissionais do Serviço Social brasileiro tem um compromisso ético-político com a defesa intransigente dos direitos humanos e com o fortalecimento da autonomia dos sujeitos, o que impõe à categoria a necessidade de aprofundar a reflexão crítica sobre a sua intervenção nas questões relacionadas à sexualidade, reprodução e gênero.

O debate sobre os direitos reprodutivos se insere, portanto, na luta mais ampla por justiça social, igualdade de gênero e laicidade do Estado. Por fim, do ponto de vista acadêmico, a escassez de produções específicas que articulem o Serviço Social e os direitos reprodutivos evidencia uma lacuna que este trabalho pretende contribuir para preencher. Ao problematizar as práticas profissionais nesse campo, espera-se fomentar o debate teórico e fortalecer a formação crítica e comprometida com a emancipação humana. Sendo assim, indagamos: como o Serviço Social tem se posicionado diante das demandas relacionadas aos direitos reprodutivos nas políticas públicas brasileiras, e quais os principais desafios e possibilidades para a efetivação desses direitos na prática profissional?

Nossa hipótese é que o Serviço Social tem trabalhado os direitos reprodutivos em uma perspectiva centrada no direito ao aborto, o que acreditamos ser um movimento necessário dado o conservadorismo brasileiro que tende a polemizar esse debate. Sendo assim, o objetivo geral deste estudo é analisar como o Serviço Social tem se relacionado com os direitos reprodutivos no Brasil, considerando as estratégias profissionais adotadas, os desafios enfrentados e as possibilidades de fortalecimento da autonomia das mulheres quanto aos seus direitos reprodutivos.

São objetivos específicos: discutir o conceito de direitos reprodutivos à luz dos direitos humanos; levantar e mapear produções científicas do Serviço Social relacionadas aos direitos reprodutivos das mulheres; identificar os desafios ético-políticos enfrentados por assistentes sociais na defesa dos direitos reprodutivos; refletir sobre as potencialidades da atuação profissional na promoção da autonomia das mulheres quanto aos direitos reprodutivos; contribuir para o fortalecimento de uma prática profissional crítica e comprometida com a laicidade, os direitos humanos e reprodutivos.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa proposta é de abordagem qualitativa, utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica (Lima; Miotto, 2007), que envolve a análise sistemática de textos científicos sobre determinados assuntos. Inicialmente, na fase exploratória da pesquisa, será feito levantamento de textos que tratem do Serviço Social relacionado aos direitos reprodutivos. Pesquisaremos em revistas científicas da área do Serviço Social, tais como *Temporalis*, *Katálysis* e *Serviço Social e Sociedade*; e anais de eventos de assistentes sociais, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Utilizaremos as plataformas Scielo, Google Acadêmicos e as páginas oficiais das revistas, utilizando palavras-chave específicas, tais como “Serviço Social e direitos reprodutivos”, “Serviço Social e aborto”, “Serviço Social e mulheres”, bem como outras que serão definidas no decorrer da pesquisa. O recorte temporal será efetuado após a fase exploratória. Após escolhida a revista e determinado o recorte temporal, passaremos para a organização e sistematização dos



dados em quadros. Para análise, utilizaremos a análise de conteúdo conforme Bardin (2016).

### 3 RESULTADOS ESPERADOS

Como resultado da pesquisa, esperamos responder o problema de pesquisa proposto. Esperamos também que o objetivo geral, analisar como o Serviço Social tem se relacionado com os direitos reprodutivos no Brasil, considerando as estratégias profissionais adotadas, os desafios enfrentados e as possibilidades de fortalecimento da autonomia das mulheres quanto aos seus direitos reprodutivos, tenha se concretizado, fortalecendo os estudos sobre esta temática. Acreditamos que a pesquisa proposta contribuirá para a produção de conhecimento do Serviço Social e fortalecerá a luta pela dignidade de meninas e mulheres brasileiras.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema dos direitos reprodutivos de meninas e mulheres vem sendo amplamente discutido pelas entidades representativas da categoria de assistentes sociais (CFESS/CRESS), uma vez que têm se tornado recorrentes as notícias sobre a falta de acesso ao aborto legal (principalmente em caso de estupro) de meninas e mulheres, bem como as negativas dos serviços de saúde em proceder como previsto em lei.

Reconhecemos que assistentes sociais são profissionais demandados em diferentes e diversos serviços – tanto público quanto privados. Por isso, destacamos que produzir conhecimento neste tema se torna fundamental para avançar na direção de basear intervenções mais qualificadas, eficientes e éticas.

### REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARLOTO, C. M.; DAMIÃO, N. A. Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social. Apresentar a relação das referências citadas no projeto. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 132, p. 306-325, 2018.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Lei de Regulamentação da Profissão. Brasília, 1993.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálisis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

UNFPA. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: onde estamos e recomendações para alcançar metas em saúde sexual e reprodutiva e direitos no Brasil. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-onde-estamos-e-recomendacoes-para-alcançar>. Acesso em: 16 mai 2025.

VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil**. 3. ed. Brasília: UNFPA, 2009.